

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE JORNALISMO

GÉSSICA NERY FRANÇA

**REPORTAGEM MULTIMÍDIA “A QUEM PERTENCE O MEU ÚTERO? A LUTA
PELA ESTERILIZAÇÃO FEMININA VOLUNTÁRIA E AUTONOMIA
REPRODUTIVA DA MULHER”**

Maceió
2023

GÉSSICA NERY FRANÇA

**REPORTAGEM MULTIMÍDIA “A QUEM PERTENCE O MEU ÚTERO? A LUTA
PELA ESTERILIZAÇÃO FEMININA VOLUNTÁRIA E AUTONOMIA
REPRODUTIVA DA MULHER”**

Trabalho de Conclusão do Curso de Jornalismo
da Universidade Federal de Alagoas, como
requisito para obtenção do grau de Bacharel em
Jornalismo.

Orientadora: Dra. Priscila Muniz de Medeiros

Maceió
2023

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Antonia Izabel da Silva Meyer – CRB-4 – 1558

F815r França, Géssica Nery.

Reportagem multimídia “a quem pertence o meu útero? A luta pela esterilização feminina voluntária e autonomia reprodutiva da mulher” / Géssica Nery França. – 2023.

32 f.

Orientadora: Priscila Muniz de Medeiros.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Jornalismo) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Maceió, 2023.

Bibliografia: f. 23-24.

Apêndice: f. 25-32.

1. Jornalismo. 2. Esterilização de mulheres – Saúde pública. 3. Esterilização tubária - Planejamento familiar. I. Título.

CDU: 070



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL)
Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes (ICHCA)
Curso de Jornalismo (antigo Curso de Comunicação)

ATA DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

TCC para obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo

Aos 26 dias do mês de maio o do ano de 2023, das 10h às 11h30, realizou-se no Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), a sessão de apresentação do Trabalho de Conclusão de curso (TCC), intitulado “Reportagem multimídia “A quem pertence o meu útero? A luta pela esterilização feminina voluntária e autonomia reprodutiva da mulher”, da graduanda **Géssica Nery França**, matrícula 16210884, do Curso de Jornalismo, como parte dos requisitos para obtenção do Grau de Bacharel. A banca foi composta pela **Profa. Dra. Lidia Maria Marinho da Pureza Ramires** (1ª examinadora), o **Prof. Dr. Vitor José Braga Mota Gomes** (2º examinador) e a **Profa. Dra. Priscila Muniz de Medeiros** (orientadora). Após exposição oral sintetizando o TCC, a graduanda foi arguida pelos membros da banca e em seguida respondeu aos questionamentos levantados. Ao fim da sessão, a banca se reuniu em particular o TCC foi considerado:

- (X) Aprovado, atribuindo-lhe a nota 10,0 (dez)
() Reprovado
() Aprovado, condicionado a reformulação, devendo o graduando entregar uma segunda versão de seu trabalho em prazo não superior a _____ dias úteis.

Subscrevemo -nos

 Documento assinado digitalmente
PRISCILA MUNIZ DE MEDEIROS
Data: 29/05/2023 14:10:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Priscila Muniz de Medeiros (orientadora)

 Documento assinado digitalmente
LIDIA MARIA MARINHO DA PUREZA RAMIRI
Data: 29/05/2023 22:42:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Lidia Maria Marinho da Pureza Ramires (1ª examinadora)

 Documento assinado digitalmente
VITOR JOSE BRAGA MOTA GOMES
Data: 30/05/2023 12:32:27-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Esp. Prof. Dr. Vitor José Braga Mota Gomes (2º examinador)

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato de reconhecimento daqueles que estiveram ao nosso lado nos incentivando, nos impulsionando a dar o nosso melhor. Agradeço, primeiramente, às mulheres cujos relatos formaram o alicerce deste trabalho: Ludmilla, Juliana, Grazielle, Jociane, Daiana, Jaqueline e Daniella. Sem vocês, nada disso seria possível.

À minha família, que sempre esteve ao meu lado pela paciência ao longo do período em que me dediquei a este trabalho. Em especial, aos meus pais, Clemide e José Nilton, pelo afeto e apoio incondicional em todos esses anos de graduação; à minha tia, Alice, por todo o carinho, palavras de conforto e orações; e aos meus irmãos, Joelma e Jackson, pela cumplicidade e . A vocês, todo o meu amor e admiração.

A meus amigos, que não me deixaram desistir nos momentos difíceis. Em especial, Leila, Alice, Dani, Safira, Cássio e John. Obrigada pelos conselhos, frases de motivação e melhores risadas. Vocês moram no meu coração.

Sou grata a todos os professores que contribuíram para a minha jornada acadêmica, especialmente à minha orientadora neste trabalho, Priscila Muniz. Obrigada, professora, pela dedicação.

RESUMO

Este relatório traz uma abordagem aprofundada sobre o processo de criação do produto jornalístico apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso da graduação em jornalismo: a *web* reportagem multimídia “*A quem pertence o meu útero? A luta pela esterilização feminina voluntária e autonomia reprodutiva da mulher*”¹. A matéria traz o relato de mulheres que, apesar de asseguradas pela lei, seguem tendo seus direitos reprodutivos invalidados, em função de inúmeras recusas médicas, ao decidirem não ter mais filhos. A reportagem vai além da denúncia sobre o desrespeito aos direitos reprodutivos das mulheres. Ela convida o leitor a refletir sobre questões sociais e políticas que permeiam a problemática. Uma reflexão sobre machismo, desigualdade e, principalmente, sobre a precarização da rede de saúde e o despreparo de seus profissionais.

Palavras-chave: esterilização voluntária; laqueadura; planejamento familiar; direitos reprodutivos femininos; liberdade reprodutiva.

¹ <https://jornalismese.wixsite.com/quempertencemeuuterio>

ABSTRACT

This report brings a deep approach about the process of generating a journalistic product presented as a final graduation project in a journalism course: *The multimedia web report "Who does my uterus belong to? The struggle for intentional female sterilization and women's reproductive autonomy"*². The article brings the narrative of women who, despite being guaranteed by law, continue to have their reproductive rights invalidated as result of countless medical refusals when they decide not to have more children. This report goes beyond the denunciation about the disrespect for the woman's reproductive rights. It invites the reader to reflect on social and political issues that imbue the problem, a reflection on sexism, inequality and, mainly, on the precariousness of the health system and the unpreparedness of its professionals.

Keywords: intentional sterilization; tubal ligation; family planning; woman's reproductive rights; reproductive freedom.

² <https://jornalismese.wixsite.com/quempertencemeuutero>

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. OBJETIVOS	8
2.1. Objetivo geral	8
2.2. Objetivos específicos	8
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	9
3.1. Jornalismo e saúde	9
3.2. Planejamento familiar e autonomia reprodutiva feminina	10
3.3. <i>Web</i> jornalismo e reportagem multimídia	12
4. PROCESSO DE PRODUÇÃO JORNALÍSTICA	14
4.1. Elaboração de pauta	15
4.2. Apuração e fontes entrevistadas	16
4.3. Redação para <i>web</i> e linguagem multimídia	18
4.4. Construção do site	20
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
REFERÊNCIAS	23
APÊNDICE A – PLATAFORMA WIX	25
APÊNDICE B – CAPA DA REPORTAGEM	26
APÊNDICE C – LAYOUT DA REPORTAGEM	27
APÊNDICE E – INFOGRÁFICOS PRESENTES NA REPORTAGEM	28

1. INTRODUÇÃO

Todo ser humano tem direito a autonomia corporal, e nada mais caracteriza isso como a liberdade em escolher “se”, “com quem” e “quando” ter filhos. É disso que trata o planejamento familiar, em teoria. Na prática, não é o que acontece. Na vida real de inúmeras mulheres que buscam pela esterilização voluntária (laqueadura e salpingectomia), seus direitos reprodutivos são desrespeitados, através do impedimento do acesso ao serviço de contracepção permanente em função de constantes negativas médicas.

Discutir a autonomia reprodutiva e planejamento familiar é, por si só, desafiador, visto que é um tema extremamente comum. Ora, quase todos têm uma experiência na qual se basear, seja uma gravidez não intencional, problemas em se adaptar ao anticoncepcional, dificuldade em fazer uma laqueadura, seja por já ter enfrentado ou conhecer alguém que o tenha. Mas como algo tão presente em nosso cotidiano, pode ser tão pouco discutido, pouco priorizado? Porque tantas mulheres continuam recebendo negativas médicas e tendo suas escolhas invalidadas? Porque o acesso ao serviço ainda é tão limitado?

Segundo relatório do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) 2022, a falta de planejamento familiar é uma crise humanitária mundial, levando em consideração que 50% das gestações no mundo não são planejadas, e dessas, 60% terminam em aborto inseguro. Questões, essas, que impactam diretamente a integridade física e autonomia das mulheres, bem como o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida da população.

Foi diante dessa problemática que surgiu a necessidade de dar voz ao tema através da *web* reportagem multimídia “*A quem pertence o meu útero? a luta pela esterilização feminina voluntária e autonomia reprodutiva da mulher*”. A matéria levanta uma problemática que, apesar de estar dentro dos direitos reprodutivos femininos, segue invisível aos olhos da sociedade: a luta de inúmeras mulheres pela liberdade reprodutiva e as consequências do não planejamento familiar.

O produto jornalístico em questão trata-se de uma Grande Reportagem Multimídia, que se enquadra no gênero interpretativo e expressivo do jornalismo digital, e utiliza o texto

LongForm na sua composição. No decorrer deste relatório farei uma descrição detalhada do processo de produção jornalística. Para discutir a problemática apresentada neste trabalho, fiz um breve levantamento teórico a respeito do jornalismo digital e das Grandes Reportagens Multimídia e suas características, bem como o jornalismo dentro da área da saúde e o seu papel na disseminação de informações científicas, além de uma contextualização sobre a importância do planejamento familiar e autonomia reprodutiva feminina.

2. OBJETIVOS

2.1. OBJETIVO GERAL

O objetivo primordial deste trabalho é expor, através de uma reportagem multimídia, a problemática existente em torno do impedimento ao acesso a procedimentos de esterilização voluntária feminina no Brasil, abordando a temática, não apenas como forma de denunciar os casos de recusa médica através dos relatos das mulheres entrevistadas, mas principalmente como ferramenta de informação e orientação sobre os direitos reprodutivos e os serviços abarcados, bem como a importância do planejamento familiar para a população.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1) Dar destaque aos relatos das personagens principais da reportagem;
- 2) Abordar os aspectos ideológicos da cultura da maternidade compulsória;
- 3) Destacar a importância dos direitos reprodutivos e sexuais femininos e esclarecer as informações sobre a lei do planejamento familiar;
- 4) Destacar a importância do planejamento familiar e reprodutivo, bem como os impactos da falta deste planejamento para a população;
- 5) Apresentar as alternativas de contracepção existentes.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1. JORNALISMO E SAÚDE

Uma informação propagada corretamente também é questão de saúde pública. Para Colombo e Levy (2012), o jornalismo científico é o instrumento mais eficaz de popularização do conhecimento científico, possibilitando sua apropriação pela sociedade e servindo de ferramenta de educação para a ciência. Bertolli Filho (2006) define o jornalismo científico como:

Um produto elaborado pela mídia a partir de certas regras rotineiras do jornalismo em geral, que trata de temas complexos de ciência e tecnologia e que se apresenta, no plano lingüístico, por uma operação que torna fluida a leitura e o entendimento do texto noticioso por parte de um público não especializado (BERTOLLI FILHO, 2006, p. 03).

O jornalismo de saúde possui grande responsabilidade social e opera não somente como um tradutor do campo científico para o público, mas também auxilia na prevenção e conscientização da população quanto aos problemas da saúde, além de levantar questionamentos sobre a qualidade do serviço de saúde.

Todavia, como qualquer atividade noticiosa, o jornalismo de saúde tem um impacto na população que recebe a sua informação. É, sem dúvida, um efeito difícil de quantificar, mas a atenção dos jornalistas aos «problemas da saúde» pode alterar comportamentos de risco nas sociedades, tal como pode influenciar o uso que as populações fazem dos cuidados de saúde que têm à sua disposição, bem como favorecer o sucesso ou induzir o abandono de práticas clínicas. (VASCONCELOS, 2005, p. 248).

O jornalismo científico se mostra um grande aliado na disseminação de informações e de dados fornecidos por pesquisadores e, principalmente, no combate às fake news. Devido ao grande número de informações que chegam ao conhecimento do público, gerando dúvidas e desconfianças, o papel dos profissionais da comunicação é apurar e averiguar a veracidade dessas informações falaciosas e transmitir, de forma segura, informações precisas e corretas sobre os acontecimentos.

3.2. PLANEJAMENTO FAMILIAR E AUTONOMIA REPRODUTIVA FEMININA

Planejar a vida reprodutiva é um direito fundamental assegurado pela Constituição Federal. E é dever do Estado garantir o acesso a recursos informativos, educacionais, técnicos e científicos que assegurem o planejamento familiar.

Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, artigo 226, §7º).

O planejamento familiar é regulamentado pela lei nº. 9263, e se define como o conjunto de ações de educação e saúde nas quais são oferecidos todos os recursos cientificamente aceitos para concepção e anticoncepção. Vieira (2021) destaca que esta atividade não se confunde com controle de natalidade ou política controlista, que objetiva limitar o crescimento populacional de um determinado segmento ou grupo de pessoas. A autora ainda destaca que o planejamento familiar não se restringe apenas aos aspectos procriativos, mas abrange o conjunto das necessidades e aspirações de uma família, incluindo moradia, alimentação, estudo, lazer, etc. Entretanto, por força do hábito, acabou reduzido à reprodução, controle de fecundidade e anticoncepção.

Os programas de planejamento familiar fizeram uma enorme diferença mundialmente, entretanto, o acesso ao serviço ainda não acontece de forma efetiva e igualitária, o que gera discussões a respeito da efetividade dos direitos reprodutivos e de políticas públicas, assim como, da autonomia reprodutiva feminina. Segundo relatório do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), apesar da contracepção moderna e eficaz ser amplamente disponível, metade de todas as gestações do mundo não são planejadas, e muitas delas, indesejadas. O que evidencia quantas pessoas – especialmente mulheres e meninas – enfrentam limitações no exercício de seus direitos básicos.

É um sinal de que a discriminação de gênero continua a afetar a vida de mulheres e meninas, bem como de pessoas transgênero, não binárias e de gênero expansivo. Isso aponta para profundas disparidades em termos de direitos e justiça, igualdade de gênero, dignidade humana e bem-estar social mais amplo. Tantas gestações não planejadas e indesejadas levantam dúvidas sobre quão priorizados e valorizados são os direitos e o potencial de mais da

metade da humanidade. Elas sinalizam que o mundo pode não conseguir alcançar seus objetivos de desenvolvimento para saúde, educação e igualdade de gênero, prejudicando as ambições compartilhadas pela comunidade internacional (UNFPA, 2022, p. 10).

O feminismo trouxe muitas conquistas para a liberdade reprodutiva feminina e redefiniu as regras jurídicas quanto aos direitos sexuais e reprodutivos, mas ainda há muito o que percorrer. Ainda segundo o relatório da UNFPA, além do contexto pessoal, as gestações não intencionais têm raízes sociais e consequências globais. A vergonha, o estigma, o medo e a pobreza, bem como a desigualdade de gênero e diversos outros fatores prejudicam a capacidade da mulher de exercer seu direito de escolha, de procurar e obter contraceptivos, de negociar o uso do preservativo com um parceiro, ou ser ouvida e buscar a realização de seus desejos e ambições. “Reconhecer o valor pleno de mulheres e meninas, e permitir que elas contribuam plenamente para suas sociedades, significa garantir que elas tenham as ferramentas, informações e o poder para fazer essa escolha fundamental por si mesmas” (UNFPA, 2022, p. 5).

Neste contexto, um fator social que influencia diretamente as dificuldades enfrentadas pelas mulheres na busca pela autonomia reprodutiva é a cultura da maternidade compulsória enraizada nas entranhas da sociedade desde seus primórdios. Essa cultura consiste no conjunto de práticas socioculturais e políticas que induzem as mulheres a se tornarem ou desejarem ser mães, refletindo na crença existente de que somente se é uma mulher de verdade ao se tornar mãe. Santos (2017) afirma que a função desta projeção e pressão social é manter as mulheres reféns como eternas subordinadas, impedindo-as de administrar até mesmo sua própria função reprodutiva e seus reais desejos.

Alterar o modelo patriarcal levará a uma mudança no entendimento da maternidade e paternidade, e numa divisão equânime do trabalho doméstico e dos cuidados para com os filhos, assim como na responsabilidade da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e ao planejamento reprodutivo (VIEIRA, 2019, p. 70).

3.3. WEB JORNALISMO E REPORTAGEM MULTIMÍDIA

A internet revolucionou a forma como absorvemos a informação e nos relacionamos com a notícia. Apesar da instantaneidade ser uma característica inerente ao webjornalismo com seus formatos de notícia fragmentados, facilitado pelas possibilidades do uso de links da linguagem hipertextual e hipermediática, o jornalismo digital tem proporcionado diferentes níveis de interação e conhecimento, através de experiências verdadeiramente imersivas ao utilizar a multimídia para construir as narrativas jornalísticas mais aprofundadas.

Salaverría (2001) determina a multimídia como “a combinação de pelo menos dois tipos de linguagem em apenas uma mensagem” (SALAVERRÍA, 2001, p. 30). O autor ainda destaca três categorias: ela pode ser multimídia por justaposição, quando os elementos multimídia são anexados de forma desconectada, sem interação entre si; por integração, quando adotam uma linguagem informativa múltipla, onde se combinam textos, sons, fotografias, infografias ou vídeos simultaneamente, elementos que complementam um ao outro, trazendo sentido e coesão ao todo, a exemplo das Grandes Reportagens Multimídia; e, por subordinação, quando existe uma relação hierárquica entre os elementos multimídia, onde o acesso aos elementos secundários é determinado por aquele que assume maior protagonismo.

Díaz Noci e Ramón Salaverría (2003, in LONGHI, 2015) trazem uma nova classificação sobre os gêneros textuais aplicada ao ciberjornalismo, onde os já conhecidos permanecem e se adaptam ao meio, enquanto novos surgem, como os infográficos digitais, sejam estáticos ou interativos, em que a tecnologia HTML5 permite a criação de um produto através da integração entre texto e imagem. Essa classificação demonstra que o surgimento da internet exigiu adaptações de linguagem que se adequassem ao meio, de modo a explorarem as tecnologias sem perder os traços que definem um texto como jornalístico.

Nesse contexto, há cinco gêneros predominantes: 1. Informativos – Notícia; 2. Interpretativos – Reportagem (de atualidade, especial temático e dossiê documental) e Crônica; 3. Dialógicos – Entrevista, Fórum ou Debate; Chat (entrevista online, interação com personalidades, interação entre usuários), pesquisa/questionário; 4. de Opinião – tradicionais:

editorial, comentário, crítica, cartas ao editor, artigo, coluna, etc, debates em rede – fóruns, chats; 5. Infografia online – infografias individuais ou coletivas. (DÍAZ NOCI; SALAVERRÍA, 2003 in LONGHI, 2015)

Através deste cenário de convergência midiática surgem as reportagens aprofundadas e imersivas que migram das páginas de revista para o ciberespaço, criando um novo gênero informativo, o chamado *LongForm*, jornalismo de formato longo. “O jornalismo *longform* vai muito além do texto longo. A abundância do texto verbal sinaliza um resgate da qualidade, apuração e contextualização já conhecidos do jornalismo impresso, especialmente consagrados pela reportagem” (LONGHI; WINQUES, 2015, p. 118).

A grande reportagem multimídia tem sido marcada, dentre outras características, pelo formato *LongForm*. Para Longhi e Winques (2015), textos com essa característica propõem uma leitura mais lenta e um leitor disposto a dedicar tempo para a mesma. Carvalho e Lima (2016) destacam alguns pontos que caracterizam uma grande reportagem multimídia: texto longo e aprofundado, conteúdo extenso; uso da tecnologia HTML5, para a elaboração da reportagem e junção das mídias em tela; leitura não-linear, onde o leitor escolhe quais camadas percorrer para o entendimento da narrativa; design responsivo, onde o material se adapta ao suporte que o usuário escolheu para consumo; matérias não-factuais, visto que reportagens aprofundadas como essas demandam tempo de produção e uma grande equipe, e temas factuais que precisam de divulgação imediata não poderiam ser trabalhados aqui.

4. PROCESSO DE PRODUÇÃO JORNALÍSTICA

A natureza humana e inteligente do agente-repórter manifesta-se por um traço difícil de ser reproduzido, com qualquer tecnologia previsível, em um equipamento: o insight (LAGE, 2001). A meu ver, esse seria o traço que dá ao jornalista o poder de ver padrões em situações amplas e imprecisas, à primeira vista, e construir uma narrativa capaz de significar. Seria, portanto, a raiz do tal olhar jornalístico. Foi esse olhar apurado e, principalmente, sensível que me trouxe a eleger a temática deste trabalho como algo que vale a pena abordar.

O insight veio ao rolar a página do *Instagram* e me deparar com uma publicação que me prendeu imediatamente, na qual desmistificava o senso comum em relação aos requisitos necessários para realizar a laqueadura. Através da página @laqueadurasemfilho, Patrícia Marxs, advogada e especialista em direitos reprodutivos e sexuais femininos, trazia um ambiente de informação e acolhimento para diversas mulheres que lutavam pela tão sonhada liberdade reprodutiva. A cada click, a cada post, me vi indignada com o relato de dezenas de mulheres invalidadas pela escolha da esterilização, impedidas de tomar decisões sobre o próprio corpo, e mais indignada ainda com o fato do tema ser tão pouco difundido, visto que só ganhou notoriedade após a última modificação na legislação em 2022.

Foi durante a disciplina de Jornalismo e Saúde, que tive a primeira oportunidade de escrever sobre o assunto. Mas, quanto mais me aprofundava, mais perguntas surgiam e inúmeros “Porquês” circulavam pela minha mente: “Porque há tão poucas matérias jornalísticas sobre o tema?” “Se está na legislação, porque há tantas informações falsas a respeito?” “E, porque os médicos não respeitam a legislação?”. Foi através da necessidade de dar voz a essas mulheres que surgiu este trabalho. No decorrer deste capítulo irei destrinchar todo o processo de produção jornalística que resultou na reportagem *“A quem pertence meu útero? A luta pela esterilização feminina voluntária e autonomia reprodutiva da mulher”*.

4.1. ELABORAÇÃO DE PAUTA

O melhor termo para definir uma pauta é planejamento, visto que é esse plano de ação que irá guiar o repórter por todo o processo de produção da matéria jornalística. É a partir da definição prévia de todos os detalhes e acontecimentos que podemos explorar as implicações de um fenômeno, levantar dados, investigar e interpretar.

Para a elaboração da pauta, primeiramente, foi necessário realizar uma pesquisa bibliográfica extensa sobre o tema principal em livros, artigos científicos e matérias jornalísticas, em busca de compreender melhor a complexidade dos direitos reprodutivos e a extensão do planejamento familiar e levantar dados científicos pertinentes, para só então definir como o tema seria abordado. Em seguida, foi definida a lista de possíveis fontes, bem como as perguntas necessárias. A pauta estava pronta.

Neste momento inicial, o objetivo principal da reportagem era denunciar os casos de recusa médica e desbancar os argumentos utilizados pelos profissionais da saúde para justificar tal impedimento ao serviço através de dados, entrevistas com profissionais da saúde e especialistas em direitos reprodutivos. Entretanto, bastou uma longa imersão nas discussões em torno do não planejamento familiar para perceber a profundidade deste tema e mudar os rumos da reportagem. Já não era necessário desbancar nenhum argumento ou bater de frente contra os profissionais da saúde e seus discursos antiéticos. Tão importante quanto denunciar os casos de recusa médica, era romper o ciclo de falsas informações sobre o serviço que circula há quase três décadas.

Os relatórios do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) foram imprescindíveis para identificar quais pontos seriam importantes para a construção de uma reportagem completa, que além de expor as falhas do serviço de planejamento familiar e seus profissionais, também seria uma cartilha de informação sobre a importância do planejamento reprodutivo e as implicações do não planejamento para a população, principalmente para as mulheres, além de sanar quaisquer dúvidas em torno da busca pelo serviço.

4.2. APURAÇÃO E FONTES ENTREVISTADAS

Com a pauta definida, era hora de fazer o trabalho de campo em busca de coletar informações das fontes necessárias. Para isso, classifiquei as fontes pelo grau de importância: 1) As mulheres impedidas de realizar a esterilização, que seriam as personagens principais e base para todo o desenrolar da reportagem; 2) A especialista em direitos reprodutivos das mulheres e dona do perfil do *Instagram* @laqueadurasemfilho, para abordar as questões da legislação e a importância do seu projeto social; 3) Uma assistente social para falar sobre o planejamento familiar; 4) Um ginecologista para falar sobre os métodos contraceptivos.

O primeiro passo seria entrar em contato com as personagens principais. Mas como? Então decidi começar por Patrícia Marxs, a responsável pela página @laqueadurasemfilho, que além da entrevista, poderia facilitar meu contato com as personagens principais. O contato com a advogada foi bem rápido e a entrevista foi esclarecedora, levantando questões fundamentais para o desenrolar da reportagem. Entretanto, não obtive retorno sobre o contato das fontes que solicitei.

A partir daí, parti para uma busca minuciosa nos comentários das publicações do @laqueadurasemfilho, e ao identificar alguma possível fonte, entrava em contato através do Direct, com um texto de apresentação previamente definido, seguido do convite para conceder uma entrevista. Para a minha surpresa, a maioria das mulheres aceitaram falar sobre sua experiência, algumas por chamada de vídeo, outras por mensagens de whatsapp. Foram entrevistadas oito mulheres de diferentes locais do país, bem como de idades e classes sociais distintas. Casadas, solteiras, com filhos ou sem, o único fator que as uniam, era o “não” que recebiam dos médicos. Essa etapa de entrevistas com as personagens principais foi a mais rápida e simples de executar, porém a mais intensa, em função dos relatos tocantes de cada uma delas. Me senti ainda mais impelida a dar voz a essas mulheres.

Com as entrevistas em mãos, foi o momento de transcrever as gravações de áudio e selecionar os trechos mais importantes. Foi um processo árduo e extremamente cansativo, afinal eram algumas horas de áudio para transcrever. Apesar do auxílio de um *software* de

transcrição, o Transcriptor, ainda precisava revisar frase por frase, pois o *software* não era tão eficiente.

Passei a intercalar a realização das transcrições com longas pesquisas sobre o tema e tentativas frustradas de contatar profissionais da saúde para uma entrevista. Após meses de busca, consegui uma entrevista com a coordenadora do setor de serviço social do Hospital da Mulher de Alagoas, que levantou questões importantes sobre a precarização das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e o despreparo dos profissionais para atender às mulheres que vão em busca do procedimento. Em seguida, consegui realizar uma entrevista com um ginecologista especialista em contracepção de forma remota, onde esclareceu diversas dúvidas sobre os métodos contraceptivos disponíveis e os perigos do uso indiscriminado da pílula anticoncepcional.

Após as entrevistas, segui com a avaliação do material que foi coletado, comparando informações reveladas pelas fontes, dados científicos e pesquisas bibliográficas em fontes oficiais, principalmente do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). Esse processo foi de suma importância para classificar as informações e determinar a relevância de forma coerente e de fácil absorção pelo leitor. Era hora de pôr tudo no papel.

4.3. REDAÇÃO PARA WEB E LINGUAGEM MULTIMÍDIA

A escrita é a parte mais importante de uma reportagem. É através dela que o jornalista consegue prender o leitor em uma narrativa imersiva, que vai além da simples descrição dos fatos. A construção de uma grande reportagem para a *web* torna esse processo de criação ainda mais complexo, levando em consideração o fator da instantaneidade, característico da *Web 3.0*, onde o público hiper conectado perde o interesse com maior facilidade e se torna cada vez mais exigente quanto à diversidade de estímulos multimidiáticos.

Salaverría (2014) destaca que compor de forma eficaz uma mensagem multimédia significa correlacionar diferentes tipos de linguagem ou formatos, que tradicionalmente eram trabalhados separadamente. E neste contexto, o texto é a coluna vertebral que sustenta e estrutura as peças informativas multimídia, atuando como elemento de contextualização e de documentação por excelência, informando o utilizador sobre os aspectos essenciais da informação que tem diante de si, ao mesmo tempo que se apresenta como a via mais eficaz para oferecer dados complementares.

A matéria “*A quem pertence meu útero? A luta pela esterilização feminina voluntária e autonomia reprodutiva da mulher*” trata-se de uma Grande Reportagem Multimídia, que se enquadra no gênero interpretativo e expressivo do jornalismo digital, e utiliza o texto *LongForm* na sua composição, permitindo uma leitura imersiva e verticalizada. É um conteúdo interativo, convergente e multimidiático por integrar em uma só reportagem vários elementos que conversam entre si para o entendimento completo da reportagem, através da combinação de linguagens textuais e elementos visuais como infográficos interativos, hiperlinks e vídeos.

A reportagem segue uma sequência de disposição de conteúdo lógica e linear, dividida em duas partes principais, onde o tema vai sendo aprofundado pouco a pouco com o desenrolar da narrativa. A primeira parte trata-se da denúncia dos casos de desrespeito aos direitos reprodutivos da mulher, onde me aprofundei nos relatos das personagens principais, desmistificando a ideia geral de que apenas mulheres que optam pela não maternidade são impedidas de realizar a esterilização, ou seja, a negativa independe da idade, status civil ou

quantidade de filhos. O objetivo aqui é expor a necessidade dos médicos em ter controle sobre a escolha das mulheres e o despreparo desses profissionais em atendê-las.

A segunda parte explora a importância do planejamento familiar e os impactos da cultura da maternidade compulsória no Brasil. Esta parte foi subdividida em quatro intertítulos: “O acesso ao planejamento familiar é um direito humano”, “A maternidade impacta diretamente a autonomia e a vida profissional das mulheres”, “Os métodos contraceptivos são sinônimos de liberdade feminina” e “O feminismo redefiniu as regras jurídicas em torno da liberdade reprodutiva e sexual das mulheres”.

A utilização de intertítulos como frases afirmativas é um ponto estratégico importante para dar a sensação de fluidez à matéria e gerar curiosidade, como forma de manter a leitura instigante. Invés de utilizar frases estáticas como “A importância do planejamento familiar”, utilizei uma chamada afirmativa como “O acesso ao planejamento familiar é um direito humano”, por exemplo. Isso também é empregado nos títulos de alguns infográficos, com a utilização de chamadas em tons de pergunta.

Foram utilizados dois relatos em formato audiovisual que, mesmo tendo a função de complementar o texto principal, transmitem informação de maneira autônoma e permitem que o leitor se aproxime ainda mais do conteúdo da reportagem. O uso de infográficos no decorrer do texto permite a disposição de informações mais atrativas, que ao serem inseridas em texto simples se tornariam cansativas, além de ter o papel de explicar conceitos fundamentais para o entendimento das demais camadas da narrativa. O pouco uso de hiperlinks no texto é característico do formato *LongForm*, afinal, o objetivo é manter o leitor focado nas camadas da narrativa e não guiá-lo para fora do material. Como resultado, temos uma reportagem completa, fluida, com uma linguagem dinâmica e de fácil assimilação.

4.4. CONSTRUÇÃO DO SITE

A plataforma escolhida para hospedar o site da reportagem multimídia foi a Wix. Ela proporciona a criação de sites gratuitos de forma rápida e simples. Desta forma, pude dispor o conteúdo sem precisar de maiores conhecimentos relacionados à programação *web*, dada a facilidade de criação que o site oferece. O site pode ser criado do zero ou utilizar layouts pré-definidos disponibilizados pela plataforma e adaptados para a finalidade desejada (apêndice A).

A identidade visual foi inspirada no estilo boho. Os elementos contam com um design orgânico e abstrato, com formas geométricas e elementos florais. A paleta de cores primaveril em tons pastéis traz um aspecto divertido, claro e convidativo, e é composta pelo rosa como cor principal e tons de amarelo, azul, e branco como cores complementares. O uso das colagens desconstruídas agrega modernidade e quebra um pouco a essência floral predominante. Os desenhos do sistema reprodutivo feminino são usados para remeter ao tema principal da reportagem.

A capa da reportagem traz a imagem de uma mulher acomodada no sofá com um útero removido ao seu lado, fazendo alusão ao título principal da reportagem, que questiona a quem realmente pertence o útero de uma mulher, visto que ela é impedida de tomar decisões quanto ao próprio corpo. A imagem de anjos entregando cartelas de pílulas anticoncepcionais remete à sociedade tradicional ditando qual método contraceptivo a mulher deve usar (apêndice B).

O Layout do site é estruturado, linear e dinâmico, o que proporciona uma navegação intuitiva e facilita a assimilação das informações que compõem a narrativa da reportagem (apêndice C). Os infográficos foram construídos através da plataforma *Genialy*, plataforma para a criação de conteúdo interativo e animado, onde é possível desenvolver infográficos estáticos e interativos com muita facilidade e hospedá-los em qualquer site (apêndice D).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os direitos reprodutivos concedem autonomia à mulher ao possibilitar liberdade na tomada de decisões, entretanto, questões socioeconômicas e culturais, provenientes da desigualdade de gênero, persistem e atuam como fator limitador da liberdade reprodutiva e sexual feminina. A maternidade compulsória vem como resultado dessa desigualdade, impedindo, assim, uma visão das mulheres além de suas capacidades reprodutivas.

No fim das contas, os discursos variam apenas de consultório, mas a constante permanece a mesma. Seja com 25, 35 ou 40 anos, com 2, 3, 4 ou nenhum filho, a verdade é que por trás de cada discurso falacioso, cada justificativa mal elaborada para inviabilizar o acesso ao serviço, o que há é a necessidade em ter controle sobre suas escolhas e corpos, ter controle sobre a mulher.

Neste contexto, alguns pontos tornaram-se evidentes no decorrer deste trabalho: o primeiro é que os discursos tendenciosos e antiéticos que os profissionais da saúde utilizam como justificativa para o impedimento ao serviço de contracepção permanente, em parte, são fruto da crença de validação feminina através da maternidade, ao passo que também contribuem para a perpetuação da mesma, como um ciclo retroalimentável. Segundo, a falta de priorização do planejamento familiar e reprodutivo tem um impacto socioeconômico e humanitário sem precedentes na sociedade, contribuindo para situações de extrema pobreza pelo mundo e para a ameaça à integridade física de mulheres e crianças.

Compreender essas questões me fez perceber a complexidade desta temática, o que tornou o trabalho ainda mais importante e difícil de ser realizado. Falar sobre algo tão extenso e que engloba tantas questões sociais pode abrir espaço para a subjetividade, nos levando a perder o objetivo real da reportagem. Neste ponto, o estudo aprofundado do tema foi essencial para fazer a filtragem de informações e determinar como seria feita a abordagem e a distribuição do conteúdo para proporcionar uma leitura fluida e coesa.

A democratização das discussões em torno dos direitos sexuais e reprodutivos e do planejamento familiar é o primeiro passo para a autonomia reprodutiva. Ao escrever este

trabalho, me propus a sair do lugar de passividade e contribuir para essa democratização ao dar voz àquelas que têm sua autonomia desvalorizada e seus direitos reprodutivos desrespeitados diariamente. Espero, portanto, que este trabalho abra caminho para novas discussões e pesquisas acadêmicas sobre o tema, principalmente dentro do jornalismo de saúde.

Por fim, concluo este trabalho com as mesmas palavras que encerram a reportagem, um questionamento inquietante do Fundo de População das Nações Unidas, que define, em poucas linhas, toda a problemática norteadora deste trabalho e nos leva a uma reflexão sobre a real liberdade feminina.

Pode uma sociedade, quaisquer que sejam suas intenções declaradas, afirmar que valoriza plenamente as mulheres e meninas quando suas ambições, seus desejos e seu potencial humano são reduzidos? Quando não são capazes de exercer seu arbítrio para evitar uma gravidez não intencional? A sociedade pode realmente dizer que valoriza a maternidade se ela resultar de autonomia restrita, coerção, estigma ou violência? (UNFPA, 2022).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, José Wellington de. **Ciência e senso comum: a divulgação do conhecimento no campo da saúde.** Perspectivas em Ciência da Informação, [S.l.], v. 8, nov. 2007. ISSN 19815344. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/653/439>>. Acesso em: 07 Mai. 2023.

BERTOLLI FILHO, Cláudio. **Elementos fundamentais para a prática do jornalismo científico.** 2006. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, UNESP. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/bertolli-claudio-elementos-fundamentais-jornalismo-cientifico.pdf>>. Acesso em: 07 mai. 2023

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2016].

CARVALHO, Denise Ribeiro; LIMA, V. A. **A utilização de elementos multimídia no jornalismo digital: um raio-x do especial “Crime sem castigo-tudo sobre o contrabando no Brasil” da Folha de São Paulo.** Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2016. Disponível em: <<https://1library.org/document/zg8d7e7y-utilizacao-elementos-multimedia-jornalismo-digital-especial-contrabando-brasil.html>>. Acesso em: 01 Mai. 2023.

COLOMBO, Macri Elaine; LEVY, Denize Piccolotto Carvalho. **Jornalismo Científico: divulgação ou disseminação, e sua relação com os cientistas.** 8º Interprogramas de Mestrado em Comunicação—Faculdade Casper Líbero, 2012, 8. Disponível em: <<https://static.casperlibero.edu.br/uploads/2014/04/Macri-Elaine-Colombo-e-DENISE.pdf>>. Acesso em 07 Mai 2023.

DÍAZ NOCI, Javier; SALAVERRÍA ALIAGA, Ramón. **Manual de Redacción ciberperiodística.** Barcelona, Editorial Ariel, 2003. In LONGHI, Raquel Ritter. A grande reportagem multimídia como gênero expressivo no ciberjornalismo. 6 Simpósio Internacional de Ciberjornalismo, Mato Grosso do Sul, 2015. Disponível em: <<http://nilsonlage.com.br/wp-content/uploads/2017/10/A-reportagem.pdf>>. Acesso em: 05 Mai. 2023.

LAGE, Nilson. **Teoria e técnica de reportagem, entrevista e pesquisa jornalística.** 2001. Disponível em: <<http://nilsonlage.com.br/wp-content/uploads/2017/10/A-reportagem.pdf>>. Acesso em: 05 Mai. 2023.

LONGHI, Raquel Ritter; WINQUES, Kérley. **O lugar do longform no jornalismo online.** Qualidade versus quantidade e algumas considerações sobre o consumo. Brazilian journalism research, 2015, 11.1: 110-127. Disponível em: <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/693/621>>. Acesso em: 03 Mai. 2023.

UNFPA. **Relatório sobre a situação da população mundial 2022.** 2022. Disponível em: <<https://brazil.unfpa.org/pt-br/publications/situacao-da-populacao-mundial-2022>> Acesso em: 20 Abr 2023.

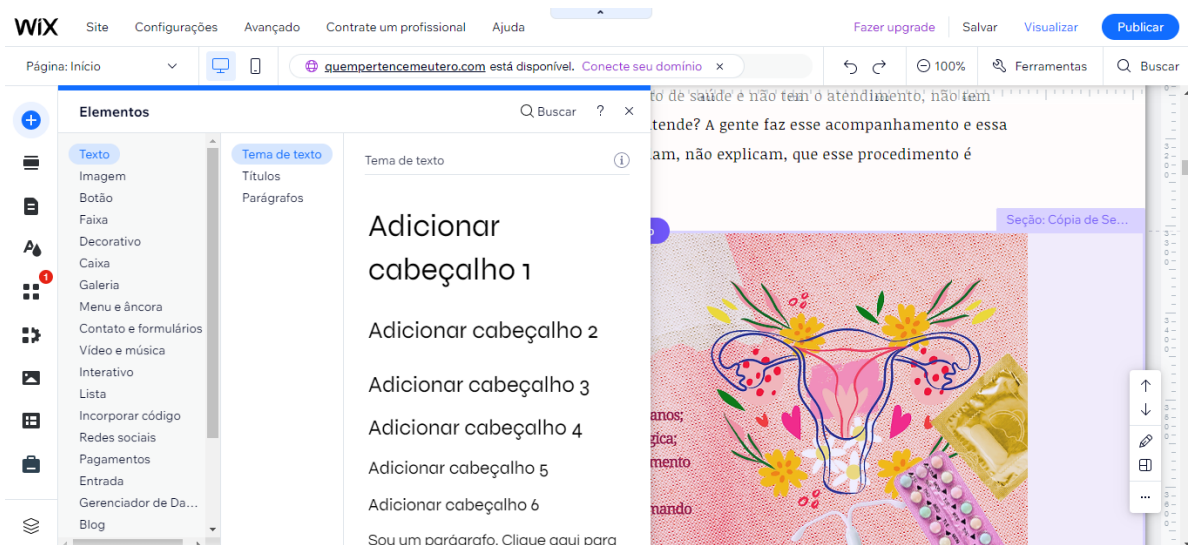
SALAVERRÍA, Ramón. **Multimedialidade:** Informar para os cinco sentidos. In: WebJornalismo: 7 Caraterísticas que marcam a diferença. São Paulo: Livros LabCom, 2014, p. 25- 52. Disponível em: <https://ubiblorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/4336/1/LIVRO_Webjornalismo_7.pdf>. Acesso em: 03 Mai. 2023.

SANTOS, C. **O que é maternidade compulsória?** Medium Corporation, 2017. Disponível em: <<https://medium.com/qg-feminista/o-que-%c3%a9-maternidade-compuls%c3%b3ria-f23fd1643c6a>>. Acesso em: 01 set. 2022

VASCONCELOS, Alberto. **Jornalismo de Saúde:** evidências de um processo de especialização. Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura, São Paulo, vol. 5-6, 2014-2015, p. 247-251. Disponível em: <<https://recil.ensinolusofona.pt/bitstream/10437/2616/1/Jornalismo%20de%20Sa%C3%BAde.pdf>>. Acesso em: 07 Mai de 2023.

VIEIRA, Simony. **Esterilização Voluntária e a Autonomia Reprodutiva da Mulher Casada.** São Paulo- SP: Editora Dialética, 2021.

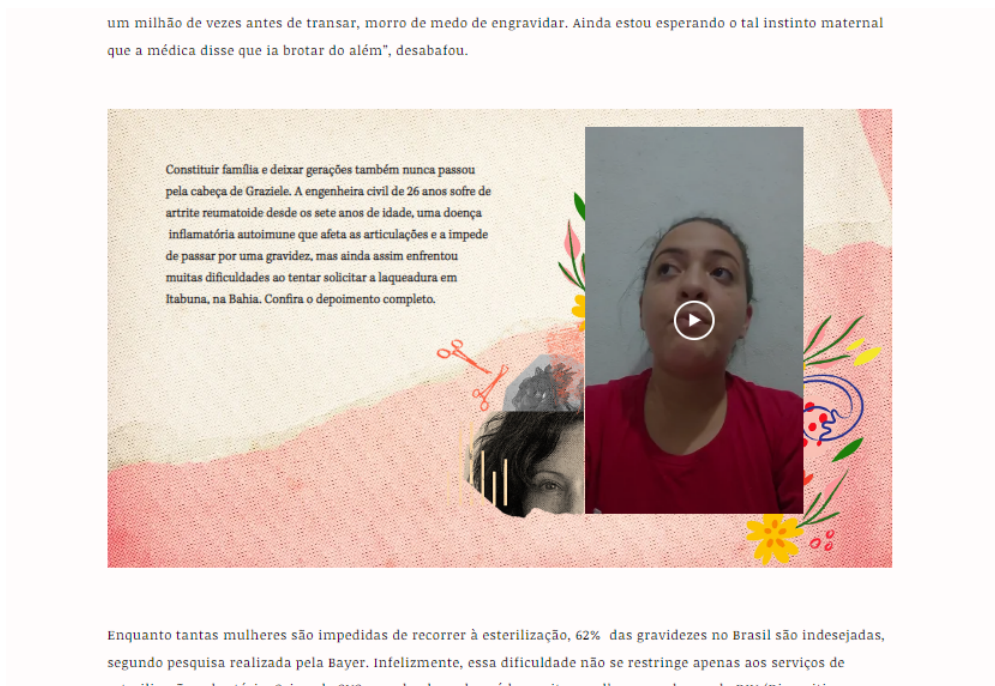
APÊNDICE A – PLATAFORMA WIX



APÊNDICE B – CAPA DA REPORTAGEM



APÊNDICE C – LAYOUT DA REPORTAGEM



APÊNDICE D – INFOGRÁFICOS PRESENTES NA REPORTAGEM



"Durante a gravidez eu pedia ao médico, mas sempre ele negava a documentação pra fazer laqueadura. [disse] que eu ainda era muito nova e poderia me arrepender. Depois que tive meu filho, eu fui até um posto de saúde e pedi a uma médica, ela me deu um documento que se chama planejamento familiar, então, tem 2 anos que estou na lista de espera"

Jaqueline, 33 anos, casada, mãe de 4 filhos, passou por 2 abortos, laqueadura negada

O QUE É PLANEJAMENTO FAMILIAR?

"Planejamento familiar é o direito que toda pessoa tem à informação, à assistência especializada e ao acesso aos recursos que permitam optar livre e conscientemente por ter ou não ter filhos. O número, o espaçamento entre eles e a escolha do método anticoncepcional mais adequado são opções que toda mulher deve ter o direito de escolher de forma livre e por meio da informação, sem discriminação, coerção ou violência" (Ministério da Saúde; 1999).

O planejamento familiar e reprodutivo é um direito de todos os cidadãos, garantido pela Constituição Federal, conforme a Lei Federal nº 9.263/96.

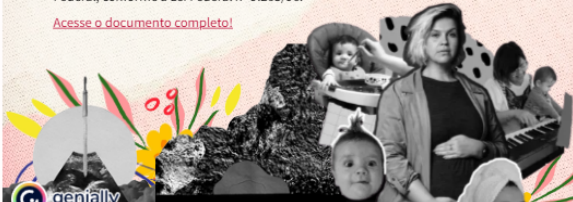
[Acesse o documento completo!](#)

O QUE É ESTERILIZAÇÃO VOLUNTÁRIA?

É um método contraceptivo permanente, a partir da realização espontânea de procedimentos que impedem a reprodução. Para mulheres, o procedimento funciona através do bloqueio (laqueadura) ou remoção (Salpingectomia) das trompas de falópio, que pode ser feito durante o parto cesariano ou em um procedimento cirúrgico isolado. Há, também, a esterilização masculina que é realizada através da vasectomia.

ONDE BUSCAR O SERVIÇO?

SUS: através do posto de saúde
Convênios médicos: através de uma consulta com o ginecologista
Rede privada de saúde: através de uma consulta com o ginecologista



Quais documentos são necessários para realizar a esterilização?

- 1 - Documentos de identificação;
- 2 - Certidão de nascimento dos filhos, somente para menores de 21 anos;
- 3 - Requerimento preenchido para Avaliação de Esterilização Cirúrgica;
- 4 - Termo de Consentimento Informado para realização do procedimento médico preenchido pela paciente;
- 5 - Laudo psicológico para comprovação de sanidade mental, informando que está apta por decidir pelo procedimento de esterilização.

***A solicitação deve ser feita com o mínimo de 60 dias entre a expressão de vontade e o ato cirúrgico.**



O QUE FAZER EM CASOS DE RECUSA MÉDICA?

PASSO 01 +

Ter em mãos: seu nome, número do cartão do sus, data e hora do atendimento, nome do médico, especialidade e CRM do profissional.

+ SUS

PASSO 02 +

Ligar na ouvidoria do SUS através do 136 e registrar uma reclamação, relatando como procedeu a consulta e o que o médico alegou para se recusar a fazer o procedimento. Sempre anotar o número de protocolo do atendimento.

+ PLANOS DE SAÚDE

PASSO 03 +

Caso não resolva pela ouvidoria, deve ir direto no departamento responsável pelo planejamento familiar da sua região, abrir a reclamação, alegar o conhecimento da lei e solicitar um novo encaminhamento.



genially

QUIZ

DESCUBRA SE VOCÊ PODE REALIZAR A ESTERILIZAÇÃO VOLUNTÁRIA!

START >



genially



50%
das gravidezes no mundo não são planejadas

+de 60%
dessas gravidezes acabam em aborto

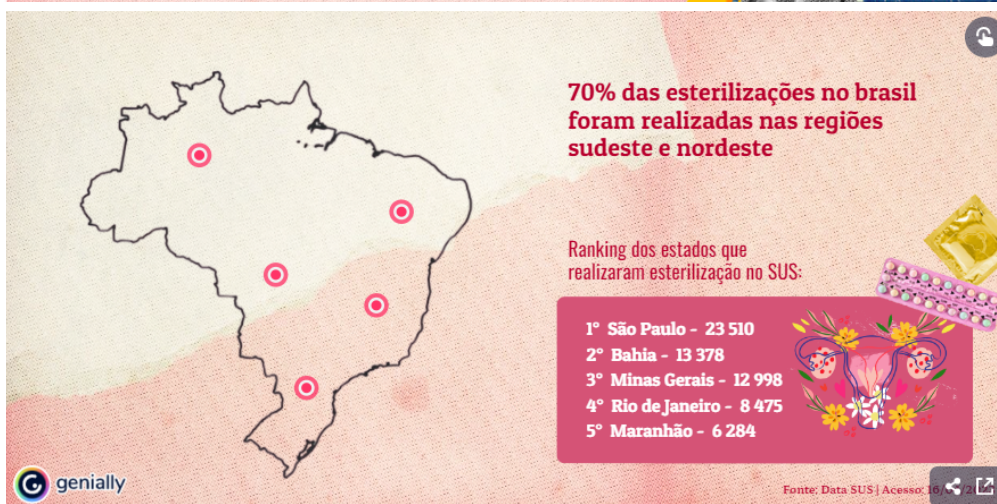
45%
desses abortos não são feitos de forma segura

Fonte: ONU - Relatório de 2022

PLANEJAMENTO FAMILIAR NO SUS

- + Assistência à concepção e contracepção
- + Educação sexual e orientação sobre o uso de contraceptivos
- + Distribuição de contraceptivos
- + Atendimento pré-natal, assistência ao parto, puerpério e neonatal
- + Controle e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis
- + Controle e prevenção de cânceres cervico-uterino, de mama, próstata e pênis

genially Ministério da Saúde



Cuidado com os filhos



Mães que trabalham fora

19% com o pai
69% com outras pessoas
12% escola/creche



Pais que trabalham fora

58% com a mãe
36% com outras pessoas
6% escola/creche

Fonte: CATHO 2021





Pode uma sociedade, quaisquer que sejam suas intenções declaradas, afirmar que valoriza plenamente as mulheres e meninas quando suas ambições, seus desejos e seu potencial humano são reduzidos? Quando não são capazes de exercer seu arbítrio para evitar uma gravidez não intencional? A sociedade pode realmente dizer que valoriza a maternidade se ela resultar de autonomia restrita, coerção, estigma ou violência?

Relatório do Fundo de População das Nações Unidas 2022

100 ANOS DE CONQUISTAS REPRODUTIVAS

Algumas das conquistas reprodutivas no campo jurídico em escala global e nacional. Fonte: Rede Saúde



DÉCADA
1920

+info



DÉCADA
1960

+



DÉCADA
1980

+info



DÉCADA
1990

+



DÉCADA
2000

+info



DÉCADA
2010

+



DÉCADA
2020

+info